



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RECOMENDAÇÃO XXXXX

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, no estrito cumprimento de suas funções institucionais, com fundamento nos artigos 127 e 129, III da Constituição Federal, artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), artigo 6º, XX da Lei Complementar 75/1993 (Estatuto do Ministério Público da União), aplicável por força do artigo 80 da Lei 8.625/1993,

CONSIDERANDO que, na data de No dia 25 de janeiro do ano corrente, houve o rompimento das barragens I, IV e IV-A integrantes do Complexo Minerário Córrego do Feijão, localizado em Brumadinho/MG, pertencente à VALE S/A, ocasionando danos ambientais, sociais e humanos, cujas causas estão em apuração;

CONSIDERANDO que a água atualmente captada do Rio Paraopeba possui uma composição diferente daquela existente antes do evento danoso, o que constitui um agente dificultador para o seu processamento pelas estações de tratamento da COPASA;

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de realização de análises da água pela COPASA, com equipamentos que sejam capazes de fazê-lo de forma rápida, precisa e reprodutível, em concordância com as legislações vigentes, a citar, Portaria 2914/2011 do Ministério da Saúde (Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade) e Resolução 357/2005 do CONAMA (Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências);

CONSIDERANDO que análise da qualidade de água distribuída pela COPASA após o evento danoso, que acusou **(relatar o que vier no laudo)**;

CONSIDERANDO que **(situação do laudo)**, pode prejudicar, a longo prazo, a saúde das pessoas que consomem a água tratada;

CONSIDERANDO ser indispensável que a COPASA tome as medidas cabíveis para adequar os parâmetros **XXXX** tanto na saída da ETA quanto na rede de distribuição;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis,

dentre os quais se destaca o meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 127 e 129, III da CF/1988);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais necessárias para a sua garantia (art. 129, II, da CF/1988);

CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde (art. 197 da CF) e que ao sistema único de saúde compete fiscalizar e inspecionar águas para consumo humano e colaborar na proteção do meio ambiente (art. 200, VI e VIII);

CONSIDERANDO que é atribuição do Ministério Público expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover (art. 27, parágrafo único, IV, da Lei 8.625/1993 e inc. XX, do art. 6º, da Lei Complementar 75/1993);

RECOMENDA à **SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE** – SES, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Saúde **XXXX**, uma inspeção sanitária em todas as ETAs da COPASA do Município de **xxxx**, com a maior brevidade possível, realizando, inclusive, em laboratórios de referência, amostragens e análises adicionais, para posterior comparação.

SOLICITA, no **prazo de 10 dias úteis**, o envio de informações por escrito a este Órgão, com endereço na **xxxxxx**, sobre o acolhimento da presente recomendação e sobre as respectivas providências adotadas ou, não sendo este o caso, apresentação de justificativa fundamentada para o seu não atendimento.

SOLICITA, no mesmo **prazo de 10 dias úteis**, o envio ao Ministério Público de todas as análises da água elaboradas.

Sendo o que cumpria fazer no momento, como dever funcional, prevenindo atuais e futuras infrações aos interesses coletivos que defende, o Ministério Público expede a presente.

XXXXX

Promotor de Justiça

Ao Senhor
Omir Quintino
Diretor-Geral
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Governador Valadares

Recebi em ____/____/____
Nome: _____
CPF: _____
Cargo/Função: _____
Ass.: _____